

ODEBRECHT ENERGIA RENOVÁVEL S.A. E SUAS CONTROLADAS

CNPJ/MF Nº 19.004.942/0001-76

(ii) Movimentação dos investimentos em controladas

	Saldo no início do exercício	Adição	Equivalência patrimonial	Transferência	Saldo no final do exercício
Investimentos					
OER Caçu Energia S.A.			(1.131)	1.130	
OER Mirante Energia S.A.	9.001	(989)			8.012
OER Nova Alvorada Energia S.A.		1	(1.305)	1.304	
OER Mineiros Energia S.A.		1	(1)		
Subtotal	9.004	(3.426)	2.434		8.012
Provisão para perdas de investimentos					
OER Caçu Energia S.A.				(1.130)	(1.130)
OER Nova Alvorada Energia S.A.				(1.304)	(1.304)
Subtotal				(2.434)	(2.434)
31 de dezembro de 2013	9.004	(3.426)			5.578

9 Imobilizado - consolidado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Adiantamento a fornecedores	Total
Aquisições (Nota 1)	88.386	589.289	275.328	953.003
Saldo contábil líquido	88.386	589.289	275.328	953.003
Saída em 31 de dezembro de 2013				
Custo	88.386	589.289	275.328	953.003
Saldo contábil líquido	88.386	589.289	275.328	953.003
Taxas anuais médias de depreciação	10%	5%		

(*) Referem-se às instalações, móveis e utensílios e maquinários industriais e agrícolas e inclui, substancialmente, ar condicionado, compressores, turbinas e transformadores. (**) Edificações e benfeitorias compreendem as aquisições feitas pelas controladas em caldeiras, casa de força, torres de resfriamento, bases de subestações, oficinas e casa de controle. (***) Inclui o montante de R\$ 272.900 referente a adiantamento ao fornecedor Brenco Cia Brasileira de Energia Renovável S.A. por conta de futura aquisição de ativos para a controlada Mineiros (Nota 7).

10 Intangível - consolidado - O ativo intangível foi adquirido das empresas Usina Pontal, Rio Claro e Agro Energia e são parte integrante dos contratos de compra e venda de ativos junto a essas empresas (Nota 1). Inclui as outorgas de venda de energia da ANEEL, a qual contempla autorização para explorar centrais termelétricas no valor de R\$ 662.300 e Contratos de Energia de Reserva com a CCEE no montante de R\$ 242.951.

11 Empréstimos e financiamentos - consolidado

	Encargos financeiros (a.a.)	2013
Empréstimos e financiamentos		
Moeda nacional		
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (*)	TJLP + 2,34% e 2,74%	477.576
Banco BTG Pactual S.A. (*)	DI + 1,50%	456.749
Passivo circulante		934.325
Passivo não circulante		508.055
		426.270
		934.325

(*) Refere-se a parte do contrato de financiamento celebrado entre as empresas Usina Pontal, Rio Claro e Agro Energia e o BNDES em 16 de abril de 2010, para financiamento de seus ativos, inclusive aqueles objeto de venda para as controladas da Companhia. Em 23 de dezembro de 2013, através da emissão de aditivos próprios, o BNDES concordou expressamente com a segregação do contrato original, das dívidas inerentes aos ativos alienados e, consequentemente, com a assunção dessas dívidas pelas investidas OER Mirante, OER Caçu e OER Nova Alvorada. O montante do saldo devido pelas controladas da Companhia, na data-base de 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 477.576. (**) Em 16 de dezembro de 2013, foram assinadas Cédulas de Crédito Bancário ("Cédulas") entre a Companhia e suas controladas e o Banco BTG, no montante de R\$ 454.792, com vencimento final em 17 de fevereiro de 2014. Os recursos foram integralmente utilizados na compra dos ativos imobilizados adquiridos ou representam adiantamentos por compra futura de ativos (Nota 1).

b) Prazo de vencimento - consolidado - O montante a longo prazo tem a seguinte composição consolidada, por ano de vencimento:

	2013
2015	52.206
2016	52.721
2017	52.797
2018	52.797
2019	54.155
2020	47.157
2021	41.466
2022	41.466
2023	21.385
2024	7.042
2025 em diante	3.078
	426.270

12 Investimentos a pagar - consolidado - O montante registrado na rubrica de Contas a pagar refere-se às obrigações assumidas pelas controladas, junto as empresas Usina Pontal, Rio Claro e Agro Energia em

decorrência da aquisição dos ativos para a exploração e venda de energia elétrica pelas investidas da companhia (Nota 1). A composição desse saldo, por ano de vencimento, é o seguinte:

	2013
2017	18.768
2019	31.150
2022	103.084
2025	74.061
2030	705.185
	932.248

13 Patrimônio líquido. (a) Capital social - Em 9 de setembro de 2013 foi constituída a companhia com o capital social de R\$ 1, representado por 1.000 ações ordinárias e nominativas, todas sem valor nominal. O capital foi totalmente integralizado em moeda corrente pela OE. Em 8 de outubro de 2013 foi aumentado o capital social da companhia no montante de R\$ 3, com a emissão de 3.000 novas ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, mediante aporte pela OE, dos investimentos que possuía na OER Mirante, OER Nova Alvorada e OER Caçu. Em 30 de dezembro de 2013 foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 9.045 com a emissão de 9.045.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal. Esse valor teve como origem a capitalização de AFAC nesse montante. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 9.049, representado por 9.049.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. A OE é detentora de 100% do capital social da Companhia.

	Controladora	Consolidado
		Período de 9/09 a 31/12/2013
Juros e encargos sobre financiamentos	(1.187)	(1.956)
Impostos sobre operações financeiras	(1.807)	(2.948)
Variações monetárias		(769)
Outras despesas financeiras	(1.147)	(1.889)
Resultado financeiro líquido	(4.141)	(7.562)

15 Eventos subsequentes - Em 10 de fevereiro de 2014 foi registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJ, a primeira Escritura Particular da 1ª Emissão Privada de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 483.460, celebrada entre a Companhia e suas controladas, como emissora, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário e representante do devedor e a OE e ODB, como intervenientes anuentes. A integralização das debêntures ocorreu em 17 de fevereiro de 2014 e seu vencimento será em 10 de março de 2015. Os recursos foram destinados em grande parte para o pagamento das cédulas de crédito bancário emitidas pela Companhia e suas controladas em favor do Banco BTG, no valor de R\$ 454.792 vencido em 17 de fevereiro de 2014 (Nota 11).

Felipe Montoro Jens
Diretor-PresidenteRogério Bautista da Nova Moreira
DiretorDIRETORIA
Fernando Cheln Muniz
DiretorManoel Ailton Soares dos Reis
DiretorAnselmo Tolentino Soares Junior
Contador - CRC RJ 09160-O

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Odebrecht Energia Renovável S.A.
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Odebrecht Energia Renovável S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Odebrecht Energia Renovável S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras - A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração,

bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Odebrecht Energia Renovável S.A. e da Odebrecht Energia Renovável S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, 12 de março de 2014



DWC
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-0 "F" RJ

Leandro Mauro Ardito
Contador
CRC 1SP188307/O-0 "S" RJ

Id: 1656142

TNL PCS S.A.

CNPJ/MF 04.164.616/0001-59 - NIRE 33 3 00 26725-5

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da TNL PCS S.A. ("Companhia"), realizada no dia 01 de fevereiro de 2014, às 16h, lavrada na forma de sumário, de acordo com o art. 130, §1º, da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), conforme faculta o parágrafo único do artigo 13 do Estatuto Social. 1. Local, Data e Hora: Realizada na sede social da Companhia, na Rua dos Jangadeiros, nº 48, Ipanema, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2014, às 16h. 2. Ordem do Dia: 1) ratificar a nomeação e contratação da Apis Consultoria e Avaliações Ltda., com sede na Rua da Assembleia, 35, 12º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 08.681.365/0001-30 ("Apis"), como empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Companhia, a ser incorporado ao patrimônio da Oi Móvel S.A. ("Oi Móvel") ("Laudo de Avaliação"); 2) examinar, discutir e deliberar sobre o referido Laudo de Avaliação elaborado pela Apis; 3) examinar, discutir e deliberar sobre o Protocolo e Justificação de Incorporação da TNL PCS S.A. pela Oi Móvel S.A., bem como todos os seus anexos, o qual estabelece os termos e condições da incorporação da Companhia pela Oi Móvel, acompanhado dos documentos pertinentes ("Protocolo e Justificação"); 4) deliberar sobre a proposta de incorporação da Companhia pela Oi Móvel, na forma dos artigos 224 a 227 da Lei das S.A. ("Incorporação"); e 5) autorizar os administradores a praticarem todos os atos necessários à efetivação da Incorporação. 3. Convocação: Dispensada, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei das S.A., em face à presença da acionista detentora das ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. 4. Presenças: Presente as acionistas detentoras das ações representando 100% do capital social da Companhia, conforme registro e assinatura constantes do Livro de Presença de Acionistas. Presentes, ainda, os Srs. Bayard De Paoli Gontijo e Daniella Geszikter Ventura, representantes da Companhia, bem como os Srs. Antonio Luiz Feijó Nicolau e Erivaldo Alves dos Santos Filho, representantes da Apis. 5. Mesa: Verificado o quórum legal, e em conformidade com as disposições do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, foi instalada a Assembleia, tendo assumido a presidência o Sr. Bayard De Paoli Gontijo e a secretária dos trabalhos a Sra. Daniella Geszikter Ventura. 6. Deliberações: Por proposta do Presidente, as acionistas presentes aprovaram a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas das acionistas presentes, nos termos do artigo 130 da Lei das S.A. As acionistas deliberaram também pela dispensa da leitura das matérias constantes da Ordem do Dia da presente Assembleia e documentos correlatos. Com relação aos itens constantes da Ordem do Dia, as acionistas deliberaram: 6.1. ratificar a nomeação e contratação da Apis, acima qualificada, representada na Assembleia pelos Srs. Antonio Luiz Feijó Nicolau e Erivaldo Alves dos Santos Filho, a qual procedeu à avaliação do patrimônio líquido da

Companhia, a valor contábil, a ser incorporado ao patrimônio da Oi Móvel. 6.2. aprovar, sem quaisquer reservas ou ressalvas, o Laudo de Avaliação previamente elaborado pela Apis, com base nas demonstrações financeiras da Companhia levantadas em 30 de Novembro de 2013 ("Data-Base"), cuja cópia, após rubricada pela Secretária, fica fazendo parte integrante da presente ata. A esse respeito, foi consignado que, tendo em vista que a Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") é controladora da Companhia e da Oi Móvel, ficam dispensadas a elaboração e a apresentação de laudo de avaliação do patrimônio líquido da Oi Móvel e da Companhia, a preço de mercado, previsto no artigo 264, da Lei das S.A. 6.3. aprovar, sem quaisquer reservas ou ressalvas, os termos e condições do Protocolo e Justificação, bem como seus anexos e documentos pertinentes, firmado pelas administrações da Companhia e da Oi Móvel em 29 de Janeiro de 2014, o qual estabelece os termos e condições da Incorporação. O Protocolo e Justificação ora aprovado ficará arquivado na sede da Companhia, e a cópia, após rubricada pela Secretária, fica fazendo parte integrante da presente ata. 6.4. aprovar, sem quaisquer reservas ou ressalvas, a operação de Incorporação da Companhia pela Oi Móvel, na forma do disposto nos arts. 224 a 227 da Lei das S.A., nos termos e condições estabelecidos no Protocolo e Justificação aprovado no item 6.3 acima. 6.5. autorizar os administradores a praticarem todos os atos necessários à efetivação e formalização da Incorporação, inclusive, mas não apenas, o arquivamento e publicação dos atos societários pertinentes e as averbações necessárias junto aos registros públicos competentes. 7. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi suspensa a reunião para a lavratura da presente ata. Lida a ata, foi esta aprovada pela acionista presente, que constituiu o quórum necessário para a aprovação das deliberações acima tomadas. ASSINATURAS: Bayard De Paoli Gontijo (Presidente da Mesa); Daniella Geszikter Ventura (Secretária); Acionista: Telemar Norte Leste S.A. e BRT Serviços de Internet S.A., ambas neste ato representadas por Bayard De Paoli Gontijo e Eurico de Jesus Teles Neto. A presente ata é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2014. Daniella Geszikter Ventura - Secretária. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Nome: TNL PCS S.A. Certifico que o presente foi arquivado sob o nº 2591077 e data de 04/02/2014. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Id: 1656379

MULTIPLAN PLANEJAMENTO, PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 42.330.522/0001-00 - NIRE 33.3.0026226-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2013, Certidão. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Nome: Multiplan Planejamento, Participações e Administração S.A.. Certifico que o presente foi arquivado sob o nº 2608098 e data de 26/03/2014. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Id: 1656284

PRUMO LOGÍSTICA S.A.

CNPJ/MF nº 08.741.499/0001-08 - NIRE 33.3.0028154-1

(Companhia Aberta)

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 07 DE FEVEREIRO DE 2014. I. DATA, HORA E LOCAL: No dia 07 de fevereiro de 2014, às 10h00min, na Praça Mahatma Gandhi, nº 14, Edifício Serrador, 5º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro. II. CONVOCAÇÃO: Reunião convocada de acordo com o Estatuto Social da Prumo Logística S.A. ("Companhia") e a legislação aplicável. III. PRESENCAS: Presença dos membros do Conselho de Administração da Companhia indicados ao final da presente ata. IV. MESA: Verificada a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, o Sr. Roberto D'Araújo Senna assumiu a presidência dos trabalhos e designou o Sr. Eduardo Quatrone para secretariar a reunião. V. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre (i) a orientação prévia à Diretoria acerca da manifestação de voto em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada oportunamente; e (ii) a celebração, pela Companhia, na qualidade de interveniente, dos contratos de financiamento entre a LLX Agt Operações Portuárias S.A. ("LLX Agt"), a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. VI. DELIBERAÇÕES: O Conselho de Administração, após devida análise das matérias constantes da Ordem do Dia, deliberou, por unanimidade de votos e sem ressalvas: (i) Orientar, previamente, a Diretoria da Companhia acerca da manifestação de voto em Assembleia Geral Extraordinária da LLX Agt Operações Portuárias S.A. ("LLX Agt"), a ser realizada oportunamente, no que se refere à aprovação dos contratos de financiamento a serem firmados entre a LLX Agt Operações Portuárias S.A., a Companhia (como interveniente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("Contratos de Financiamento"), nos termos apresentados ao colegiado e conforme aprovados pelo BNDES nas decisões de Diretoria de nº 29/2014, 30/2014 e 31/2014; e (ii) Aprovar a celebração, pela Companhia, na qualidade de interveniente, dos Contratos de Financiamento a serem firmados entre a LLX Agt Operações Portuárias S.A., a Companhia e o BNDES, nas condições apresentadas ao colegiado e conforme aprovados pelo BNDES nas decisões de Diretoria de nº 29/2014, 30/2014 e 31/2014. VII. ENCERRAMENTO: Às 11h30min, nada mais havendo a tratar, deram por encerrada a presente reunião, tendo-se antes feito lavrar esta ata que foi lida e assinada pela totalidade dos presentes, pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa. VIII. CONSELHEIROS PRESENTES: Roberto D'Araújo Senna, Kevin Lee Lowder, Robert Blair Thomas, Luiz Reis e Luiz do Amaral França Pereira. - Este documento é cópia fiel da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Prumo Logística S.A., realizada em 07 de fevereiro de 2014, lavrada no livro próprio e assinada pelos membros do Conselho de Administração da Companhia. - Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2014. EDUARDO QUATRONI - Secretário. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Certifico que o presente foi arquivado sob o nº 2593631 e data de 11/02/2014. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Id: 1655873

e material de construção (crescimento de 2,8%). Por outro lado, houve retração no primeiro trimestre, na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, nos segmentos de móveis, eletroeletrônicos e informática (-0,3%), veículos, motos e peças (-1,2%) e tecidos, vestuário, calçados e acessórios (-2,3%).

TNL PCS S.A.

CNPJ/MF 04.164.616/0001-59 - NIRE 33 3 00 26725-5

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da TNL PCS S.A. ("Companhia"), realizada no dia 01 de fevereiro de 2014, às 16hs, lavrada na forma de sumário, de acordo com o art. 130, §1º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), conforme faculta o parágrafo único do artigo 13 do Estatuto Social. 1. Local, Data e Hora: Realizada na sede social da Companhia, na Rua dos Jangadeiros, nº 48, Ipanema, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2014, às 16h.

2. Ordem do Dia: 1) ratificar a nomeação e contratação da Apis Consultoria e Avaliações Ltda. com sede na Rua da Assembleia, 35, 12º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 08.681.365/0001-30 ("Apis"), como empresa especializada para responder pela elaboração do laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Companhia, a ser incorporado ao patrimônio da Oi Móvel S.A. ("Oi Móvel") ("Laudo de Avaliação"); 2) examinar, discutir e deliberar sobre o referido Laudo de Avaliação elaborado pela Apis; 3) examinar, discutir e deliberar sobre o Protocolo e Justificação de Incorporação da TNL PCS S.A. pela Oi Móvel S.A., bem como todos os seus anexos, o qual estabelece os termos e condições da incorporação da Companhia pela Oi Móvel, acompanhado dos documentos pertinentes ("Protocolo e Justificação"); 4) deliberar sobre a proposta de incorporação da Companhia pela Oi Móvel, na forma dos artigos 224 a 227 da Lei das S.A. ("Incorporação"); e 5) autorizar os administradores a praticarem todos os atos necessários à efetivação da Incorporação. 3. **Convocação:** Dispensada, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei das S.A., em face à presença da acionista detentora das ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, da presente assinaaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.

4. Presença: Presença dos acionistas detentores das ações representando 100% do capital social da Companhia, a saber: Sr. Bayard De Paoli Gontijo e Daniella Geszikter Ventura, representantes da Companhia, bem como os Srs. Antonio Luiz Feijó Nicolau e Erivaldo Alves dos Santos Filho, representantes da Apis. 5. **Mesa:** Verificado o quórum legal, e em conformidade com as disposições do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, foi instalada a Assembleia, tendo assumido a presidência o Sr. Bayard De Paoli Gontijo e a secretária dos trabalhos a Sra. Daniella Geszikter Ventura. 6. **Deliberações:** Por proposta do Presidente, as acionistas presentes aprovaram a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas das acionistas presentes, nos termos do artigo 130 da Lei das S.A. As acionistas deliberaram também pela dispensa da leitura das matérias constantes da Ordem do Dia da presente Assembleia Geral Extraordinária. 7. **Operação de Incorporação:** A incorporação da Companhia pela Oi Móvel S.A., em face da incorporação da Companhia pela Oi Móvel S.A., a ser incorporado ao patrimônio da Oi Móvel, 6.2. aprovar, sem quaisquer reservas ou ressalvas, o Laudo de Avaliação previamente elaborado pela Apis, com base nas demonstrações financeiras da Companhia levantadas em 30 de Novembro de 2013 ("Data-Base"), cuja cópia, após rubricada pela Secretária, fica fazendo parte integrante da presente ata. A esse respeito, foi consignado que, tendo em vista que a Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") é controladora da Companhia e da Oi Móvel, ficam dispensadas a elaboração e a apresentação de laudo de avaliação do patrimônio líquido da Oi Móvel e da Companhia, a preços de mercado, previsto no artigo 264, da Lei das S.A. 6.3. aprovar, sem quaisquer reservas ou ressalvas, os termos e condições do Protocolo e Justificação, bem como seus anexos e documentos pertinentes, firmados pelas administrações da Companhia e da Oi Móvel em 20 de Janeiro de 2014, o qual estabelece os termos e condições da Incorporação. O Protocolo e Justificação, assim como o arquivo, o qual faz parte integrante da presente ata, 6.4. aprovar, sem quaisquer reservas ou ressalvas, a operação de Incorporação da Companhia pela Oi Móvel, na forma do disposto nos arts. 224 a 227 da Lei das S.A., nos termos e condições estabelecidos no Protocolo e Justificação aprovado no item 6.3 acima. 6.5. autorizar os administradores a praticarem todos os atos necessários à efetivação e formalização da Incorporação, inclusive, mas não apenas, o arquivamento e publicação dos atos societários pertinentes às averbações necessárias junto aos registros públicos competentes.

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi suspensa a reunião para a lavratura da presente ata. Lida a ata, foi esta aprovada pela acionista presente, que constituiu o quórum necessário para a aprovação da presente Ata. Assinaturas: ASSINATURA: Bayard De Paoli Gontijo (Presidente da Mesa); Daniella Geszikter Ventura (Secretária); e Telemar Norte Leste S.A. e BRT Serviços do Interior S.A. ambas neste ato representadas por Bayard De Paoli Gontijo e Erivaldo de Jesus Teles. A presente ata é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2014. Daniella Geszikter Ventura - Secretária. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Nome: TNL PCS S.A. Certifico que o presente foi arquivado sob o nº 2591077 e data de

Em três meses, 78 coletas

2011, na maternidade do Hospital Regional da Asa Norte (Hran). Atualmente, enfermeiros do BS-CUP fazem esse procedimento no Hospital Regional de Ceilândia (HRC). O ano passado contabilizou 184 coletas e 78 já foram registra-

O sangue de cordão umbilical e placentário normalmente é descartado após o parto. É rico em células-tronco hematopoéticas (células precursoras dos glóbulos sanguíneos), que dão origem às

células do sangue (glóbulos vermelhos e brancos e plaquetas). A coleta visa obter, do sangue de cordão umbilical, as células-tronco hematopoéticas, para armazená-las e disponibilizá-las aos pacientes que necessitam de transplante.



**Hemocentro é o responsável
pelo Banco de Sangue**

- NIRE 53300006980

[illegible][illegible]

Via que leva à DF-250 vai ser asfaltada

Os 6,5 quilômetros de via que liga o Núcleo Rural Sobradinho dos Melos, no Paranoá, à DF-250 receberão pavimentação asfáltica e obras de drenagem de águas pluviais.

A pista será entregue em 180 dias e beneficiará seis mil moradores que utilizam o lugar diariamente. Para o artesão Edson Vaz, 49 anos, que passa pela pista para comercializar seu trabalho nas cidades próximas, "esse asfalto é essencial porque muitos produtos precisam ser escoados para outros lugares e a condição aqui não permitia".

Antônio Pedro Oliveira, 51 anos, é presidente da Associação dos Produtores Rurais de Sobradinho dos Melos e ficou feliz pelo início das obras. "Esperamos por esse dia há 17 anos. É incalculável o benefício que a pista irá trazer para a comunidade em todos os sentidos".

O investimento será de R\$ 7 milhões e a empresa responsável pela execução dos serviços, ganhadora da licitação, será a NG Engenharia.

"Essa é uma área de produção de hortaliças e de outros serviços importantes", lembrou o governador Agnelo Queiroz, ao ressaltar que a obra também trará benefícios às crianças, que poderão chegar à escola mais rápido, e à comunidade geral, já que os serviços de saúde e transporte atenderão o local com mais facilidade.

7
MILHÕES
de reais é o valor
investido



- continuação

ASSOCIAÇÃO PRUDENTINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - APEC

CNPJ - 44.860.740/0001-73

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Às Presidentes da Associação Prudentina de Educação e Cultura - APEC, Presidente Prudente - SP.

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Prudentina de Educação e Cultura - APEC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social, das origens e aplicações dos recursos e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A administração da Associação Prudentina de Educação e Cultura - APEC é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aplicadas a Entidades sem Fins Lucrativos de acordo com a ITG 2002 e NBC TG 1000, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por

fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a

razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Atendimentos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. Opinião: Em minha opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Prudentina de Educação e Cultura - APEC em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas.

Araçatuba (SP), 28 de março de 2014

ACS Auditores

Alberto F. Costa - Contador CRC - 1SP164282-0-0

GERENCIA DE INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2014
 Repetição

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2946/2013 - GISP/SEDES. A Gerência de Inclusão Sócioprodutiva - GISP, mediante sua Pregoeira, designada pela Portaria nº 398 de 31 de outubro de 2013, torna público que a TERCEIRA REPETIÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2014 - CSL/GISP/SEDES, do tipo Menor Preço por Lote, para Aquisição de veículo, moto e móveis, para fortalecimento da Rede de ATER com Apoio à Secretaria Municipal de Agricultura de Amarante do Maranhão, conforme anexo do Edital nº 002/2014, que realizar-se-á no dia 22 de abril de 2014, às 15h00min na sala da CSL da SEDES, sito na Rua do Giz, nº 214, Centro, Reviver - São Luís - Maranhão. O Edital foi regido na forma da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Estadual nº 9.579/2012, do Decreto Estadual nº 28.790/2012, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 28.790/2012, do Decreto Estadual nº 28.790/2012, de 19.12.2012 da Lei complementar nº 123, de 14.12.2006, sendo em todo regida pelas condições estabelecidas no presente Edital; e seus anexos, estão à disposição dos interessados, de 2ª a 6ª feira, no horário das 13h às 18h, na Comissão Setorial de Licitação - CSL, desta Gerência de Inclusão Sócioprodutiva - GISP, localizada na Rua do Giz, 214, Centro - Reviver, onde poderão ser adquiridos, gratuitamente, mediante a entrega de PEN DRIVE.

São Luís-MA, 26 de março de 2014.
 SARITA JANE PEREIRA BRAGA
 Pregoeira da GISP

GRUPO DE APOIO AO ADOLESCENTE E À
CRIANÇA COM CÂNCER - GRAACC
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2014

Ao sétimo dia do mês de abril do ano de dois mil e quatorze o senhor Ordenador de Despesas, tendo em vista a realização da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com objetivo de contratar empresa para o fornecimento de Acessórios e Insumos de Radio-terapia, no cumprimento de suas atribuições, conforme especificações técnicas constantes no Edital, considerando os critérios legais e observados os preceitos do Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, e da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, vencidas as etapas de recurso administrativo, resolve HOMOLOGAR a decisão da Pregoeira Patrícia Elaine Lopes, que após análise dos documentos de habilitação da empresa declarada vencedora, ADJUDICOU o objeto da licitação à empresa TOMMASO PRODUTOS E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, CNPJ: 06.052.032/0001-17. Convoque-se a empresa vencedora para assinatura do contrato (pedido de compra).

GILBERTO VICENTE DE SOUZA

INSTITUTO DE TECNOLOGIA PARA
O DESENVOLVIMENTO - LACTEC
RESULTADO DE JULGAMENTO
CARTA-CONVITE Nº 1/2014

OBJETO: contratação de empresa especializada para o transporte de veículos para teste - Projeto: Avaliação de cenários e impactos resultantes do uso de diferentes combustíveis e tecnologias de motores e veículos sobre a qualidade do ar nas principais regiões metropolitanas brasileiras - CONV. 0050. 0072044.11.9
 HOMOLOGADO: Valor contratado: R\$ 37.800,00 (tinta e sete mil e oitocentos reais).

OMAR SABBAG FILHO
 Diretor Superintendente

LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 532306

A Liquigás Distribuidora S/A torna público que está instaurando licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 532306, tendo como objeto a contratação do Serviço de Portaria, Limpeza e Conservação para o Depósito de Macapá/AP. Envio das propostas eletrônicas até o dia 25/04/2014 às 09h45 e sua abertura ocorrerá no dia 25/04/2014 às 10h00. O Edital está à disposição dos interessados pelo site www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações pelo fone (11) 3703-2793 ou pelo fax (11) 3703-2340.

ELAINE DE CÁSSIA VIOLLA CARVALHO
 Gerência de Contratação de Serviços

OI MÓVEL S/A

CNPJ/MF 05.423.963/0001-11 - NIRE 53300006989

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA realizada no dia 01 de fevereiro de 2014. (Lavrada na forma de sumário conforme faculta o art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76). 1. LOCAL, HORA E DATA: Na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 03, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, térreo, parte 2, CEP 70.713-900, às 10h30 do dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2014. 2. ORDEM DO DIA: (i) Ratificar a nomeação e contratação da Apsis Consultoria e Avaliações Ltda., com sede na Rua da Assembleia, 35 - 12º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 08.681.365/0001-30 ("Apsis"), como empresa especializada responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da TNL PCS S.A. ("TNL PCS"), a ser incorporado ao patrimônio da Companhia ("Laudo de Avaliação"); (ii) Examinar, discutir e deliberar sobre o referido Laudo de Avaliação preparado pela Apsis; (iii) Examinar, discutir e deliberar sobre o Protocolo e Justificação de Incorporação da TNL PCS S.A. pela Oi Móvel S.A., bem como todos os seus anexos, o qual estabelece os termos e condições da incorporação da TNL PCS pela Companhia, acompanhado dos documentos pertinentes ("Protocolo e Justificação"); (iv) Deliberar sobre a proposta de incorporação da TNL PCS pela Companhia, na forma dos artigos 224 a 227 da Lei nº 6.404/76 ("Lei da S.A."); (v) Autorizar o consequente aumento do capital social da Companhia, em razão da incorporação supramencionada, com a adequação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (vi) Autorizar os Diretores da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação e formalização da incorporação da TNL PCS pela Companhia; e (vii) Consolidar o texto do Estatuto Social da Companhia. 3. CONVOCAÇÃO: Dispensada, nos termos do §4º do art. 124 da Lei das S.A., face à presença da acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. 4. PRESENCAS: Acionista da Companhia representando 100% do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Presentes, ainda, os Srs. Bayard De Paoli Gontijo e Daniella Geszikter Ventura, representantes da Companhia, bem como os Srs. Antonio Luiz Feijó Nicolau e Erivaldo Alves dos Santos Filho, representantes da Apsis. 5. MESA: Como Presidente, o Sr. Bayard De Paoli Gontijo e, como Secretária, a Sra. Daniella Geszikter Ventura. 6. DELIBERAÇÕES: Após autorizada a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária em forma de sumário, foram examinadas as matérias da Ordem do Dia e tomadas as seguintes deliberações pela acionista representando 100% do capital social da Companhia: (i) Ratificar a nomeação e contratação da Apsis, acima qualificada, representada na Assembleia pelos Srs. Antonio Luiz Feijó Nicolau e Erivaldo Alves dos Santos Filho, a qual procedeu à avaliação do patrimônio líquido da TNL PCS, a valor contábil, a ser incorporado ao patrimônio da Companhia. (ii) Aprovar o Laudo de Avaliação, previamente elaborado pela Apsis, com base nas demonstrações financeiras da TNL PCS levantadas em 30/11/2013 ("Data-Base"), cuja cópia, após rubricada pela Secretária, fica fazendo parte integrante da presente ata. A esse respeito, foi consignado que, tendo em vista que a Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") é controladora da Companhia e da TNL PCS, ficam dispensadas a elaboração e a apresentação de laudo de avaliação do patrimônio líquido da TNL PCS e da Companhia, a preços de mercado, previsto no artigo 264, da Lei das S.A. (iii) Aprovar, sem quaisquer reservas ou ressalvas, os termos e condições do Protocolo e Justificação, bem como seus anexos e do

documentos pertinentes, firmado pelas administrações da TNL PCS e da Companhia em 29 de Janeiro de 2014, o qual estabelece os termos e condições da incorporação da TNL PCS pela Companhia. O Protocolo e Justificação ora aprovado ficará arquivado na sede da Companhia, e a cópia, após rubricada pela Secretária, fica fazendo parte da presente ata. (iv) Aprovar, sem quaisquer reservas ou ressalvas, a operação de incorporação da TNL PCS pela Companhia, na forma do disposto nos artigos 224 a 227 da Lei das S.A., nos termos e condições estabelecidos no Protocolo e Justificação aprovado no item (iii), supra. (v) Em decorrência da deliberação tomada conforme o item (iv), supra, aprovar o aumento de capital social da Companhia em R\$ 5.141.853.854,59 (cinco bilhões, cento e quarenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), passando o mesmo de R\$ 2.336.381.387,15 (dois bilhões, trezentos e trinta e seis milhões, trezentos e oitenta e um mil, trezentos e oitenta e sete reais e quinze centavos) para R\$ 7.478.235.241,74 (sete bilhões, quatrocentos e setenta e oito milhões, duzentos e trinta e cinco mil, duzentos e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos), em razão da incorporação do patrimônio líquido da TNL PCS, com emissão de 9.736.138 (nove milhões, setecentas e trinta e seis mil, cento e trinta e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Consequentemente, fica aprovada também a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social é de R\$ 7.478.235.241,74 (sete bilhões, quatrocentos e setenta e oito milhões, duzentos e trinta e cinco mil, duzentos e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos), representado por 14.209.581 (quatorze milhões, duzentas e nove mil e quinhentas e oitenta e uma) ações ordinárias nominativas, com direito a voto e sem valor nominal. Parágrafo Único - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral." (vi) Autorizar os Diretores da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação e formalização da incorporação da TNL PCS pela Companhia, inclusive, mas não apenas, o arquivamento e publicação dos atos societários pertinentes e as averbações necessárias junto aos registros públicos competentes. (vii) Aprovar a consolidação do Estatuto Social, conforme ANEXO I à presente ata, rejeitando as duas aprovações deliberadas nas Assembleias Gerais realizadas nos dias 30/11/2012 e 15/05/2013 e a matéria deliberada no item (v) desta Assembleia. 7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, a presente ata foi lavrada e depois lida, aprovada e assinada pela acionista representando a totalidade do capital social, que autorizou a publicação da ata sem as assinaturas da acionista, na forma do art. 130, §2º, da Lei das S.A. ASSINATURAS: Bayard De Paoli Gontijo (Presidente); Daniella Geszikter Ventura (Secretária); Acionista: Telemar Norte Leste S.A., representada por Eurício de Jesus Teles Neto e Bayard De Paoli Gontijo. A presente certidão é cópia fiel da ata, lavrada em livro próprio. Brasília, 01 de fevereiro de 2014. Daniella Geszikter Ventura - Secretária; ESTATUTO SOCIAL: CAPÍTULO I - DAS CARACTERÍSTICAS DA COMPANHIA. Artigo 1º - A Oi Móvel S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações que se rege pelo presente estatuto e pelas leis e usos do comércio. Artigo 2º - A Companhia tem sede o foro na cidade de Brasília, Distrito Federal, podendo, por deliberação da Diretoria, alterar a localização de sua sede, abrir, manter e encerrar filiais e/ou escritórios. Artigo 3º - A Companhia tem por objeto a prestação de serviços de telecomunicações, no Brasil e no estrangeiro, em quaisquer de suas modalidades e âmbitos, inclusive a prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP, do Serviço Móvel Celular - SMC, do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, e do Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, do Serviço de Comunicação Eletrônica de Massa, do Serviço DTH (Direct to Home) e de TV a Cabo, e do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC). Parágrafo Primeiro - A Companhia poderá, ainda: I. incorporar ao seu patrimônio outros bens e direitos de terceiros; II. atuar no comércio varejista e atacado especializado de serviços de telecomunicação e de equipamentos de telefonia e comunicação; III. atuar no comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; IV. comercializar (incluindo, mas não se limitando a, alienar, comprar, vender, dar em comodato, alugar, doar) bens e/ou mercadorias necessários ou úteis à exploração de serviços de telecomunicações, bem como promover a importação, exportação e comercialização de bens e equipamentos relacionados ao implemento de seus objetivos; V. ser representante comercial e agente do comércio de mercadorias em geral não especializado; VI. realizar o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, customizáveis ou não; VII. efetuar o tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; VIII. prestar serviços de edição, impressão, venda e distribuição de músicas por quaisquer meios admitidos em direito; IX. realizar a edição, impressão, venda e distribuição de composições musicais e litero-